

O instinto de poder na ordem social

ARMANDO GODOY FILHO

Engenheiro cl. L. do Q. P. do M. F.

IV

VIII — DA POSIÇÃO DO INDIVÍDUO NO GRUPO SOCIAL

COMPORTE o presente capítulo o estudo de um dos aspectos mais interessantes da vida social, isto é, o exame da posição adequada para o indivíduo na harmonia coletiva.

O problema não nos parece fácil, e, certamente, não alimentamos, em nosso espírito, a ilusão de nos acharmos em condições de resolvê-lo por completo.

Apesar dessa convicção, da incapacidade de nossa inteligência para alcançar a solução desse importante problema, não iremos aqui recuar diante dos fatos, acovardando-nos em face das dificuldades.

Não. Vamos proceder de maneira diversa. Encararemos o problema de frente, com interesse e disposição de resolvê-lo, ainda mesmo que seja para semear no espírito do leitor inteligente, os germens de um desejo, nascido do instinto de poder, de abordar com profundidade o mesmo assunto, concorrendo com o seu esforço para a pesquisa da verdade.

Desde logo, devemos aceitar como premissa a condição de que, em matéria de sociologia, as raízes dos acontecimentos ou dos fenômenos em estudo devem ser procuradas nos fatos biológicos.

Partindo do ideal que norteia este trabalho — a maior felicidade para o conjunto social — de início surgem, imediatamente, duas questões a serem abordadas:

I — Deve a sociedade ser organizada, tomando-se por base a situação biotipológica ou psicológica diferencial dos homens ?

II — Deve ela se organizar no sentido da igualdade e da uniformidade dos indivíduos, visando-se promover, pela eugenia, pela educação, pela propaganda e pela orientação política conveniente, a mais rápida evolução dos seres humanos para esse fim ?

Em primeiro lugar, devemos salientar que a biotipologia e a psicologia experimental, apreciando o fato biológico atual, mostram-nos que os seres humanos não são perfeitamente iguais, diferindo uns dos outros, embora, por vezes, muito ligeiramente, em capacidade bio-psicológica, nas intenções, desejos ou aspirações, na maneira de sentir ou de reagir, em face das circunstâncias que lhes são impostas, e na forma ou intensidade das suas manifestações sociais.

Felizmente, porem, para o entendimento recíproco entre os homens, o que existe de aproximadamente igual nos indivíduos, apesar das diferenças raciais, é, em média, bem maior em grandeza do que aquilo que os diferencia. E, em favor ainda dessa relativa uniformidade de caracteres dos homens, a natureza dotou-os da capacidade de se adaptarem convenientemente, até um certo ponto, às contingências da vida social ou do meio cósmico.

A experiência tem mostrado, contudo, que esse poder de adaptação, de cultura ou de aprendizagem pelo treinamento, é limitado e respectivamente variável nos indivíduos, em função de suas características biológicas hereditárias. (*Teoria do limite constante da capacidade, de William James*) (15) (16.)

Tornar-se-ia, assim, possível, pela adaptação e pela evolução biológica conveniente, a obtenção de uma raça perfeita, ideal, onde todos os característicos individuais fossem exatamente os mesmos, atingindo então, a organização da sociedade, o ponto máximo, de igualdade absoluta, no tratamento dos entes humanos, atendida apenas a diferença dos sexos?

(15) ED. CLAPARÈDE — (Trad. Prof. LOURENÇO FILHO) — *A Escola e a Psicologia Experimental*. — Editora Melhoramentos S. Paulo.

(16) A. GODOY FILHO — *O valor da psicologia no rendimento industrial da máquina humana* — Revista da P.D.F. — Rio — 1934.

Acreditamos, como tese, que esse ideal seja inatingível ou irrealizável na ordem humana.

Isto porque, biologicamente, para se tentar obter uma perfeita uniformidade nos caracteres individuais, pela purificação de uma raça, teríamos que selecionar os tipos para a reprodução e fazê-los viver num regime por tal forma igual, de alimentação, de educação, de atividade e de clima, que, um plano dessa ordem deve ser considerado impossível ou utópico por efetivar-se.

Cumpramos, ainda, aceitar o fato de que a existência social-econômica da vida coletiva, apoiada na divisão do trabalho, deve concorrer, também, pela adaptação forçada dos indivíduos às contingências diferenciais da atividade social, para a fixação de certas tendências biológicas na individualidade, as quais se reproduzem através das gerações, ampliando-se ou restringindo-se, segundo as leis da hereditariedade. A própria divisão do trabalho concorre, portanto, para a diferenciação dos tipos humanos.

Seria, contudo, possível, diante de um ideal louco, revolucionário, pensar-se na supressão da divisão do trabalho, para a igualdade feliz de todos os entes humanos sobre a terra, pela morte da inveja, da ambição e do desejo de superioridade ?

Não nos parece possível, principalmente porque o princípio da divisão do trabalho é fundamentalmente biológico.

No íntimo da atividade vital ele impera. Sabemos, assim, que as funções necessárias à manutenção da vida, no equilíbrio orgânico, interior, do corpo humano, acham-se confiadas a órgãos diversos, com atribuições específicas diferentes, apreciadas e definidas pela fisiologia. Além disso, como fato social incontestável, do acordo entre a ordem da vida e o princípio da divisão do trabalho, podemos citar o caso da bipartição sexual, adotado pela Natureza para a mais nobre das missões dos indivíduos sobre a terra, que é a de promover a continuação da vida e o aperfeiçoamento da espécie.

Posto que as leis biológicas e os fatos sociais precisam ser inteligentemente dispostos, no terreno da harmonia, para a boa organização da vida coletiva, somos levados a excluir de nossas cogitações qualquer hipótese de igualdade absoluta no tratamento social dos entes humanos.

Caímos, assim, sensatamente, na primeira proposição de início lançada, devendo tomá-la como coisa certa e demonstrada, para o desenvolvimento seguinte deste estudo.

A desigualdade psico-fisiológica ou biotipológica dos entes humanos, sendo inevitável, pode a organização nela se apoiar, em busca da eficiência produtiva dos indivíduos, sem prejuízo da harmonia social e da felicidade do homem ?

Para respondermos a esta questão, vamos apreciá-la por partes, no decorrer de todo este capítulo. Começaremos por um pequeno estudo sobre a felicidade, nascido de diversas observações do autor destas linhas, verificadas em núcleos sociais diferentes.

Seria porém interessante, para esse objetivo, que pudéssemos dispor de elementos de pesquisa mais rigorosos, aliás mencionados nos primeiros capítulos deste estudo, afim de que os nossos conceitos sobre a felicidade mais se aproximassem da verdade. Assim, não surgiriam apenas de uma análise imprecisa de fatos complexos, observados pelo autor e, dessa forma, sujeitos a erros pessoais.

Apesar dessas falhas, partindo da nossa experiência, como dissemos, vamos situar a questão da felicidade, tendo em vista a ordem média dos indivíduos das várias classes sociais, sem considerarmos as exceções ou os casos extremos dos tipos que se afastam do normal.

Além disso, a felicidade que nos interessa apreciar, não pode ser aquela de raros instantes na vida de alguém, mas, sim, a que resulta da soma acumulada de todas as emoções de prazer ou de alegria do indivíduo, durante a existência. Se fosse possível medir a duração e a intensidade das emoções de prazer, essa felicidade que nos interessa poderia ser representada, graficamente, por uma área plana, referida a dois eixos coordenados retangulares, tomando-se, nas abscissas, sucessivamente, os tempos de duração das emoções agradáveis, e, nas ordenadas, a intensidade variável dessas emoções.

Acreditamos, assim, que a felicidade possa depender, principalmente, das seguintes condições, relacionadas à existência da pessoa:

a) boa saúde ou ausência de moléstias que mantenham o espírito em estado de constante preocupação;

b) satisfações alimentares normais (bom apetite ou alegria salutar na alimentação) ou ausência de preocupações alimentares (fato este que se liga às condições financeiras satisfatórias do indivíduo, para atender a esse objetivo, e a capacidade econômica do grupo social a que pertence;)

c) amor compreendido, satisfação sexual, ou qualquer afeto grandioso que dê uma razão superior de viver ao próprio espírito;

d) harmonia conjugal satisfatória, isto é, harmonia de desejos ou aspirações, confiança e cooperação mútua diante de um ideal comum; sincera admiração de parte a parte, cheia de entusiasmo e de repetido enaltecimento das boas qualidades reciprocamente destacadas na personalidade dos cônjuges, e, da parte do marido, principalmente, uma boa compreensão do temperamento feminino, pela escolha da oportunidade feliz de agradar a mulher, quer seja nos instantes de suas mutações inteligentes ou graciosas de aspecto (mutações vaidosas), que devem ser contempladas por ele mediante o seu elogio, ou mesmo por ocasião das mutações estéticas das coisas que a envolvem (atitude essa que só pode engrandecer o afeto e solidificar a união);

e) harmonia com os entes queridos, isto é, contentamento com os filhos, parentes ou pessoas de seus maiores afetos (nesta parte se deve incluir o contentamento com a saúde dessas pessoas);

f) sincera fé religiosa, que alimenta a esperança e conforta o espírito nos períodos da desventura; para algumas pessoas, porém, uma filosofia especial, que educa a conformação diante do inevitável, parece substituir a religião (é interessante observar-se, também, como os fundamentos psicológicos da fé religiosa parece que se prendem à individualidade pelo mesmo processo que faz nascer a estima na solidariedade humana; assim, na hora do perigo ou da dor, se o indivíduo confia em Deus, apela para ele em seu socorro, se não é religioso, costuma apelar para os entes da sua maior confiança e admiração; assim, em muitos casos, mesmo em se tratando de pessoas adultas, no instante agudo do perigo ou do desastre, costumam gritar ou chamar pela mãe);

g) harmonia entre o trabalho ou atividade produtiva do indivíduo, suas tendências bio-psicológicas, sua capacidade e o nível cultural da sua mentalidade, de maneira que o trabalho, ao invés de permitir o surto ou o desenvolvimento de estados angustiosos na pessoa, seja capaz de manter na individualidade uma sadia impressão de êxito ou de suficiência para a realização das tarefas ou obrigações inerentes ao mesmo; a idéia de perfeição da coisa realizada é a melhor recompensa para os espíritos que produzem e que sabem encontrar no trabalho motivos superiores de entusiasmo, pela

grandeza da obra total a que pertence; geralmente, na melhor situação para a felicidade, o trabalho, regado de entusiasmo, deve achar-se associado ao objetivo ou ideal do trabalhador;

h) boa harmonia da mentalidade e do comportamento do indivíduo, com a mentalidade apreciativa dos companheiros ou pessoas que mais permanentemente o circundam, de maneira que ele possa se sentir sempre bem recebido, estimado e até admirado;

i) relativa ou razoável sensação de importância ou de prestígio, dentro do meio social em que desenvolve a sua atividade (nos indivíduos mais rudes, de mentalidade menos cultivada, a manifestação dessa importância ou dessa ideia de superioridade, costuma tomar a forma social imprópria da valentia, da coragem ou da arrogância);

j) harmonia entre as aspirações do indivíduo e seus recursos pessoais ou circunstanciais para realizá-las, diante, porém, de pequenas e sucessivas dificuldades, que estimulam o sentimento, aumentando a intensidade do prazer nos instantes de conquista dos objetivos desejados;

l) impressão de segurança ou de estabilidade na posição já alcançada e relativa sensação de êxito ou de progresso diante da meta superior a ser atingida;

m) certo conforto material, para si próprio e para os seus, resultante da posse ou domínio de coisas úteis ou agradáveis, as quais sejam conhecidas pelo indivíduo e por ele desejadas, sob a influência da propaganda comercial ou pela observação direta das vantagens da posse e uso dessas coisas materiais, por outras pessoas, principalmente pelos amigos ou companheiros das reuniões mais frequentes do indivíduo (essas coisas representam os maiores estímulos sociais, que promovem a atividade dos homens em busca da riqueza; a posse delas, pelo maior ou menor número de indivíduos de um grupo social, varia com o nível ou a capacidade financeira e econômica do mesmo);

n) aproveitamento inteligente das horas de fazer, em esportes ou jogos agradáveis e salutaros, em palestras quer no convívio familiar ou entre amigos, na meditação ou nas delícias do pensamento criador, em apreciações artísticas ou cultivo das artes (música, canto, dança, pintura, literatura, poesia, desenho, cinema, teatro, rádio, etc.) ou no emprego do tempo em trabalhos de especial agrado (jardinagem, agricultura, criação de animais, car-

pintaria, radiotécnica, etc.) (Essas manifestações do comportamento individual, variam, porém, mais ou menos, nesse ou naquele sentido, de pessoa para pessoa, dependendo do temperamento, da educação e do ambiente social de cada um).

Assim, a felicidade, que se relaciona íntima e reciprocamente com a eficiência profissional do ente humano, no que interessa à matéria deste capítulo, vimos ser relativa às aspirações de cada mentalidade, depender da ideia de segurança na posição social da pessoa (estabilidade), do razoável e progressivo êxito desta no sentido de suas aspirações, pode relacionar-se aos desejos de posição ou de prestígio do ser humano dentro do convívio social frequente, mas não parece, na maioria dos casos, depender a fundo da situação da classe do indivíduo, ou do seu grupo profissional, na hierarquia da ordem coletiva; isto é, o homem embora desenvolva os seus esforços no sentido do progresso ou da melhoria de posição, parece preocupar-se mais com a própria situação do que, efetivamente, com o nível de sua classe em relação às demais. E, toda vez que se lhe depara uma oportunidade de melhorar de situação, mesmo fora da classe, atende aos desejos de progresso e muda de classe.

À luz da psicologia, portanto, que procura buscar a raiz das manifestações do comportamento humano, nas forças íntimas e ocultas (ou mascaradas na sua apresentação social), que partem do "ego," devemos reconhecer que a solidariedade de classe de fato só prevalece diante de uma harmonia de interesses ou da conveniência individual de apoio coletivo para a defesa dos seus direitos ou pretensões e conquistas dos íntimos objetivos. A classe é, pois, um instrumento social de cada individualidade, manobrado pela força do interesse e solidificado pela unidade de objetivos dos vários elementos que a constituem. Quando desaparece, entretanto, essa unidade, formam-se, geralmente, grupos dissidentes, algumas vezes chefiados por pessoas hábeis, que sabem tirar partido das divergências observadas na opinião geral, as quais procuram reunir ou agrupar elementos em torno delas, visando, em bom número de casos, não só o interesse da classe mas, principalmente, o próprio engrandecimento, pela conquista de posições de mando ou de prestígio desejadas.

Assim, chega mesmo a acontecer que, algumas vezes, depois de conquistada a posição superior ambicionada, o indivíduo passa a atender mais aos seus próprios objetivos de poder, de importân-

cia ou de prestígio, do que, fundamentalmente, à defesa dos interesses da classe ou dos elementos de colaboração que o ajudaram a progredir. E esse fato se dá, em maior número de casos, quando deixa de prevalecer uma certa relação de dependência entre o mérito social do indivíduo ou do líder, pela sua dedicação comprovada aos interesses da classe, e a sua segurança na posição superior conquistada.

A ideia de classe, portanto, na ordem coletiva, é convencional e deve ser entendida, apenas, como uma tentativa de padronização dos vários elementos constitutivos da sociedade, em grupos distintos, segundo característicos especiais de mentalidade ou de cultura, de ação produtiva ou de trabalho (profissão) e de interesses comuns ou de objetivos.

Dito isso, devemos, mais uma vez, frizar que, ao nível da mentalidade de cada um, satisfeitas certas condições sentimentais, morais e materiais, a felicidade não parece depender da posição da classe do indivíduo na hierarquia social.

Mas, para a boa harmonia entre os homens, toda e qualquer ideia de predomínio de classe ou de classes é sempre antipática, mal recebida pela coletividade, e pode se tornar perigosa à ordem ou à disciplina das populações, desde o momento em que o desagrado se transforme em ódio e procure apoio na força para a expansão dos instintos recalçados.

De fato, a desigualdade no tratamento social dos indivíduos, em função da hierarquia natural, biológica e educacional, da mentalidade de uns sobre os outros, é inevitável, quaisquer que sejam os rótulos aplicados ao vasilhame constitucional dos regimes que governam os povos. Mas, para efeito de ordem, de felicidade e de maior trabalho de toda a coletividade, torna-se indispensável que as diferenças sociais não sejam acintosamente apresentadas, ferindo de cheio o instinto de poder dos indivíduos de mentalidade menos cultivada, que, em muitos casos, no entender da própria individualidade ou no seu íntimo, julgam-se sempre capazes de alcançar posições elevadas de poder ou de governo.

Todas as manifestações contrárias a esse modo de entender ou de sentir as cousas, respectivamente dos indivíduos de todas as classes sociais, são sempre recebidas como injustas e podem causar aborrecimentos perigosos ao bem estar geral.

O aspecto político da questão, portanto, bem próximo das idéias democráticas, parece acon-

selhar, a partir das indicações da psicologia, que deve ser mantida, tanto quanto possível, nos indivíduos de todas as classes sociais, uma impressão de poder ou de prestígio social, solicitando-se, analisando-se e acatando-se, da melhor forma que se puder (mas em harmonia sempre com as condições amplas e reais da nacionalidade,) a opinião do público e as ponderações do seu interesse, sistematicamente colhidas e apuradas, através de órgãos próprios do Estado, para esse fim criados e organizados.

A orientação administrativa superior do Estado, porem, e a direção política da nacionalidade, não podem deixar de caber sinão à elite da inteligência, do carater e da cultura de um povo.

Cabe, aqui, uma pequena consideração a propósito de um conceito de NAPOLEÃO, quando procurou sintetizar os princípios democráticos da Revolução Francesa. Dizia ele: "Caminho livre ao valor, sem consideração da origem e da fortuna". (17)

Entretanto, se NAPOLEÃO tornasse à terra, na época atual, talvez modificasse o seu conceito, para adaptá-lo aos resultados das modernas pesquisas científicas e, possivelmente, assim pensaria: "Seleção e estímulo ao acesso dos bens dotados de inteligência e de carater, sem consideração da origem e da fortuna, mas aproveitamento de todos os elementos válidos, da melhor forma possível, em harmonia com a capacidade ou a mentalidade de cada um". (18)

Devemos, agora, examinar, diante de um sentido mais da aplicação do homem aos problemas da produção, o caso do trabalho individual.

Conforme disse o Professor LOURENÇO FILHO, em brilhante conferência: "O trabalho é a operação humana com vista a um fim, a um resultado". (19)

O trabalho, portanto, é uma manifestação especial do comportamento humano que se prende a um objetivo, resultado ou produção, à custa de um esforço ou de uma energia vital despendida.

Perguntamos, deve o trabalho, em face da biologia, ser aceito como um bem ou como um castigo para a espécie humana ?

(17) RENÉ FÜLOP MILLER — *Os Grandes Sonhos da Humanidade* — Ed. livraria Globo — 1937.

(18) A. GODOY FILHO — *Os Progressos da Organização do Trabalho e as Perspectivas do seu Reflexo na Ordem Administrativa e na Ordem Social* — "Rev. de Serv. Público" — 1939.

(19) — Prof. LOURENÇO FILHO — *A Psicologia ao Serviço da Organização* — S.D. do D.A.S.P. — Publicação n. 5 — 1942.

Apreciando os fatos históricos, verificamos, desde logo, que, com a evolução das coisas e dos conhecimentos humanos, também, pouco a pouco, evoluiu até o sentimento dos patrões em relação aos empregados e felizmente no sentido do bem, tendendo, cada vez mais, para o entendimento recíproco entre ambos, conforme haveremos de examinar oportunamente.

Assim, em épocas não muito longínquas, o simbolo do trabalho, sob o peso da escravidão, chegou a ser, praticamente, o chicote do feitor ou do senhor de escravos. E os economistas julgavam o trabalho como uma forma penosa da atividade.

Os presos e criminosos eram condenados a trabalhos forçados, porque se acreditava que estes poderiam liquidá-los mais rapidamente, vendo-se a sociedade livre de tais elementos prejudiciais à vida coletiva.

O interessante, porem, é que, salvo os casos de moléstias ou fraquezas anormais dos indivíduos, os presos que trabalham são mais felizes e sadios que os outros, os quais são sempre neurastênicos, propensos à tuberculose e morrem, em média, mais rapidamente que os primeiros.

O biologista e fisiologista ALEXIS CARREL, prêmio Nobel de biologia, disse: "o ócio diminue a qualidade dos tecidos e dos órgãos." e mais, todos "teem necessidade de um modo de vida que imponha, a cada um, um esforço constante, uma disciplina fisiológica e moral, e algumas privações. Tais condições de existência dão-lhes a possibilidade de resistir tanto à fadiga como às preocupações. Preservam-nos a saude de muitas doenças, principalmente nervosas". (20)

Por essas e outras observações e experiências, somos levados, modernamente, a discordar da antiga concepção dos economistas sobre o trabalho. Assim, se ele atende à capacidade biológica dos indivíduos, variavel com a idade e as condições de saude de cada um, além de obedecer ao ciclo fisiológico da pessoa, quanto às pausas e repousos indispensaveis à desintoxicação e à recuperação do conjunto celular e se harmoniza, tanto quanto possível, com as tendências ou aspirações da individualidade, o trabalho deve ser tido como expressão de vida ou de saude. A forma social da atividade produtiva, portanto, deve ser considerada, biologicamente, obedecidas as condições higiênicas

(20) — ALEXIS CARREL — *Obra citada* — Págs. 134 e 135.

necessárias, como um prêmio oferecido pela Natureza à espécie humana.

Daí, de uma maneira ampla, devemos aceitar, como bom princípio sociológico, a condição de que *todos precisam e devem trabalhar, mais em benefício de si mesmos, do que da ordem coletiva.*

Torna-se necessário, porém, que a curva de produção do indivíduo, tanto quanto possível, em face dos seus objetivos ou das suas aspirações, acompanhe o ritmo mutável da capacidade psicofisiológica da pessoa, no correr dos anos ou das idades.

Dentro desse conceito, portanto, segundo pensamos, muitas vezes parece mais aconselhável readaptar, reeducar ou limitar as atribuições dos indivíduos, cuja capacidade se tenha reduzido por moléstia ou pela idade, do que aposentá-los. Agindo assim, prestamos um duplo serviço à sociedade: primeiro, não se inutiliza uma pessoa, dando-se a ela um laudo de incapacidade que pode matar a alegria ou apagar a chama da esperança que alimenta o fogo da vida; segundo, aproveitam-se, tanto quanto possível, os benefícios, pequenos que sejam, da sua produção útil.

Poder-se-ia mesmo para esses casos, admitir horários especiais para o trabalho, serviços feitos em casa, etc; mas não se deixaria morrer no indivíduo a idéia de utilidade ou de êxito, que são elementos indispensáveis para o espírito, em benefício da felicidade e, por conseguinte, também da própria saúde.

Voltando, ainda, ao fisiologista CARREL, como fonte, encontramos: "É necessário que o homem que envelhece não deixe de trabalhar. A inação ainda diminui mais o conteúdo do seu tempo. O ócio ainda é mais perigoso para os velhos do que para os novos. Àqueles cujas forças declinem, deve dar-se um trabalho apropriado, mas não o repouso."

Diante dessa ponderação, visando colaborar, na acepção verdadeiramente útil dessa palavra, somos levados a discordar um pouco do disposto no Estatuto dos Funcionários, admitindo a hipótese de que, nem sempre a aposentadoria compulsória, aos 68 anos, é um bem individual. Algumas vezes, quando a pessoa não procura, inteligentemente, novas atividades para aplicar ou dispensar a energia vital, alimentando, assim, o espírito, pelo interesse em qualquer outro trabalho, a aposentadoria pode transformar-se num prêmio de morte, concorrendo para que o indivíduo se acabe mais depressa.

Da mesma forma, pensamos que os moços devem começar a agir cedo, ajustando os seus ideais ao trabalho e procurando aperfeiçoar-se ou desenvolver a cultura intelectual, normalmente, em face das suas aspirações de progresso na carreira abraçada.

A própria organização ou legislação trabalhista deveria facilitar ou incentivar esse aperfeiçoamento, que passaria, assim, a ter um sentido prático ou objetivo para os indivíduos, porque lhes asseguraria ou lhes garantiria vantagens sociais imediatas ou certas, em consequência do estudo, da aprendizagem ou do aperfeiçoamento cultural. (Aliás, devemos salientar que muito já se tem feito nesse sentido, em nosso país.)

Nesse caso, haveria um reconhecimento social, imediato, do mérito da pessoa, pelo estudo, pelo aperfeiçoamento e pelo valor, o que desde logo pelo exemplo, no convívio das gentes ou das classes, passaria a representar o melhor instrumento de incentivo para a elevação do nível educacional ou cultural do povo.

Como vimos anteriormente, já que as diferenças de classe (dentro de limites razoáveis e sob certos aspectos, bem entendido) são inevitáveis na ordem social, vamos, agora, apreciar o mérito dessa lei geral da vida coletiva do *homo sapiens*, em face dos seus efeitos úteis, bio-psicológicos, para a evolução progressiva da espécie.

Sabemos, pela fisiologia, que a falta de funcionamento de um órgão determina a sua atrofia, ao passo que a necessidade orgânica de maior trabalho do mesmo, dentro de certos limites, para o restabelecimento do equilíbrio fisiológico alterado, promove a sua hipertrofia.

Alem disso, o equilíbrio fisiológico do organismo é regulado pela ação recíproca dos vários órgãos, agindo uns sobre os outros, através do sistema de comunicações do corpo (e segundo a teoria endocrinológica ou dos hormônios, moderadamente aceita), por meio de estímulos. Nesse caso, a idéia de estímulo passa a ter, na acepção biológica, o sentido de um processo vital de excitação de um órgão para o seu funcionamento.

Os principais estímulos da vida, porém, segundo conjecturamos, nós os recebemos do meio cósmico. Uns sensíveis ou perceptíveis e outros insensíveis ou mesmo desconhecidos, mas, nem por isso, menos influentes. (As influências solares e as va-

riações da vitalidade dos indivíduos, em relação ao clima, parecem harmonizar-se com essa idéia.)

No conjunto orgânico de ser humano, aquilo a que chamamos alma ou órgão do psiquismo é principalmente destinado a receber os estímulos sensíveis do meio cósmico e ao intercâmbio de estímulos animais da vida social.

Esse órgão, portanto, altamente especializado e aperfeiçoado, de grande importância para a existência do indivíduo, dentro de limites razoáveis, que se harmonizem com as suas características específicas, merece ser tratado sob o regime das leis fisiológicas.

Em sendo assim, devemos admitir, como conceito certo, que a ausência prolongada de estímulo do meio social, agindo sobre o indivíduo, pela falta de necessidade de ação inteligente da pessoa, acaba por promover a atrofia das funções intelectuais ou psíquicas do homem. (Essa atrofia, contudo, dentro de uma geração pelo menos, de acordo com a teoria do limite constante da capacidade, parece ser mais relativa ao *processus* ou ao treinamento das funções inteligentes da mentalidade, do que à sua potencialidade, de ordem biológica, presa às características ancestrais ou hereditárias da individualidade; mesmo assim, diante do conceito evolutivo da espécie, que tende para o aperfeiçoamento ou para a regressão, certamente, dentro de uma só geração, embora por graus insensíveis, o descanso da atividade intelectual já deve se fazer sentir na potencialidade das ações intelectuais da série descendente do indivíduo).

Em face desse conceito, e posto que a sociedade é um conjunto de individualidades, devemos aceitar como bom princípio sociológico o fato de que *a necessidade ou a relativa dificuldade excita a inteligência, estimula, de uma maneira geral, o aperfeiçoamento dos indivíduos e, assim, parece concorrer para o progresso de um povo.* Ao passo que as facilidades demasiadas podem criar a ociosidade, o desleixo e o enfraquecimento das gentes.

Tomando, agora, para base dos reflexos da excitação dos estímulos sociais, agindo sobre o indivíduo, o instinto de poder, devemos aceitar a idéia da existência inevitável (dentro de limites sensatos,) de certas desigualdades sociais, como razoável, do ponto de vista não só do aperfeiçoamento individual ou social, como também da própria espécie. Daí podermos acentuar que: — *sem*

estímulo não há trabalho e, sem trabalho, não há aperfeiçoamento.

Cabe, nesse ponto, uma consideração interessante, que abrange o panorama universal dos fatos ou das coisas, das leis ou das ciências e da filosofia ou da super-ciência.

Primeiramente, vamos apreciar a analogia que parece existir entre o fenômeno social acima examinado, quando concluímos que as diferenças sociais ou de poder estimulam o dinamismo das gentes, e o fato físico semelhante, no campo da termodinâmica, que rege o funcionamento de todas as máquinas térmicas.

De fato, sabemos, através dos estudos da física, que, sem diferença de temperatura entre os gases aquecidos no interior das máquinas térmicas e o meio ambiente, não pode haver trabalho ou manifestação de força nessas máquinas. Daí, facilmente percebemos a analogia que existe entre esses fenômenos, de natureza inteiramente diversa, ou pertencentes a ciências diferentes, no regime geral da atividade das coisas.

Dito isso, podemos passar ao exame mais profundo da associação geral de todos os acontecimentos do universo.

Na Natureza, nada existe isoladamente, as coisas e os acontecimentos se prendem uns aos outros de acordo com um sistema geral, amplo ou total, que os obriga como forças, ou determinativamente, ao regime relativo de todos os fatos.

A inteligência humana ou a mentalidade dos homens é apenas uma parte desse grande sistema do universo. E ela é fraca, ou ainda se acha em estado de atraso, para poder assimilar ou compreender a relação geral de todos os fenômenos ou a lei máxima de grande verdade universal.

Desse fato resulta que o homem, para estudar os fenômenos, procura, antes de mais nada, isolá-los, um por um, de maneira a perceber, seguindo método especial, científico ou cartesiano, as relações simples que se prendem, imediatamente, no conjunto dos fatos, a esses fenômenos.

O regime de trabalho mental que a inteligência utiliza, nesse processo, para o estudo ou obtenção dessas relações, costuma-se denominar abstração.

A abstração em si, não é mais do que um processo inteligente, especial, de julgar ou de re-

lacionar, logicamente, fatos entre si; mas, não por meio das imagens reais desses fatos e, sim, por meio de símbolos ideais ou perfeitos, abstraídos dos mesmos. Ela representa um artifício simplificador da mentalidade humana, para isolar e relacionar aspectos principais de um determinado fenômeno geral, sem o confucionismo perturbador do raciocínio, que resultaria de uma visão complexa de todos os acontecimentos presos a um dado fenômeno. Assim, por exemplo, um corpo que cai, tem forma, tem cor, tem temperatura, acha-se num certo estado elétrico, etc, mas, para estudarmos o seu tempo de queda ou a lei de sua gravitação, fazemos abstração de todas essas coisas, passando a considerar, na mecânica, o corpo sob uma forma ideal, geométrica, independentemente de todas as outras particularidades a ele inerentes. Isto porque a nossa inteligência não se acha capacitada a apreciar, ao mesmo tempo, todos os aspectos solidários com o corpo, durante a sua queda. Daí, na ordenação sistemática dos conhecimentos ou das ordens científicas, as ciências se subdividem ou se agrupam e se classificam, a partir sempre de um aspecto principal, tomado pelo indivíduo na contemplação ampla dos fenômenos naturais.

Assim, separando abstratamente o seu material, no conjunto das atividades perceptíveis, visíveis ou sensíveis pelo homem no meio ambiente, a biologia estuda tudo aquilo que se relaciona estritamente aos fenômenos da vida. A mecânica estuda, apenas, a geometria do movimento, sem qualquer consideração ao aspecto elétrico, químico ou térmico dos corpos.

Mas, na realidade, os fenômenos nunca são perfeitamente simples ou simbólicos e sim complexos e presos ao regime da atividade universal. Deveria haver, por conseguinte, um ponto de vista central — falando aqui, abstratamente, para argumentar — que seria o ponto de vista hipotético de Deus, do qual se poderia contemplar toda a imensa paisagem da verdade universal; isto é, não só as leis simples da nossa ciência abstrata, como também as relações das ciências entre si, que mostrariam a coordenação geral entre todos os fenômenos do meio cósmico.

A filosofia, a teoria da relatividade (20 A) e o princípio da analogia, que transcendem os limi-

tes das ciências abstratas, restritas ou finalísticas, poderiam ser classificados, segundo pensamos, no grupo de uma super-ciência que abrangeria, assim, os fatos gerais da atividade universal e relativos a todas as ciências.

O interessante, porém, do ponto de vista psicológico, é que esse centro hipotético, anteriormente referido, de visão da grande verdade, parece ser a meta principal ou centro de atração de todo o progresso da mentalidade dos homens. Assim, devemos admitir que o progresso, em busca da verdade universal, aproxima o homem de Deus.

Voltando, então, ao nosso estudo da felicidade, devemos reconhecer que, durante a existência, a curva do prazer apresenta máximos positivos ou mínimos negativos (sofrimentos), e as forças que levam a individualidade a alçar esses máximos se apoiam nas pequenas diferenças ou dificuldades da vida a serem vencidas pela pessoa, à custa do seu esforço ou do seu trabalho de conquista.

Assim, o indivíduo que tem tudo e não aplica a sua energia no sentido de alcançar qualquer objetivo, sente a vida vasia e passa a sofrer de tédio.

Da mesma forma, alguns pais cometem o erro de educar os filhos num ambiente de grandes facilidades ou de exagerada fartura. Nesses casos, comumente acontece que os filhos se tornam criaturas inúteis, desprovidas de iniciativa, de coragem para a vida e infelizes, ainda quando nadam em riquezas.

Até mesmo certos sofrimentos, inevitáveis durante a existência, não deixam de possuir algum mérito. Eles, quando não conduzem à morte ou não levam à desgraça, obrigam os homens a pensar, estimulam a inteligência, pela concentração de energia vital no cérebro para vencer a dificuldade, e tem a virtude de despertar o sentimento de solidariedade, levando os indivíduos a uma melhor compreensão das dores alheias.

Deixando as divagações, para tornarmos ao assunto principal, devemos antes esclarecer que somos forçados a desenvolver um pouco mais o nosso estudo sobre o trabalho, porque estamos convencidos de que o problema brasileiro, para a sua conveniente solução, depende muito de uma racional aplicação da escassa energia humana da nossa gente, na exploração desse mundo potencial de riqueza que é a terra do Brasil.

(20 A) Sobre a teoria da relatividade, ver: PEDRO RACHE, *Mecânica Geral*, 3.º vol.; GUSTAVE BESSIÈRE, *La relativité vue simplement*, Dunod, Paris, 1930.

A questão, portanto, é a do aproveitamento da energia e dos valores humanos, em regime de máxima eficiência.

Somos, assim, como já dissemos, de opinião que os moços devem começar a trabalhar cedo, orientando a sua cultura, principalmente, em relação ao seu aperfeiçoamento no trabalho.

Além disso, se os rapazes conseguem, normalmente, a partir dos dezoito ou vinte anos, trabalho certo e carreira segura, podem, desde logo, constituir as suas famílias, evitando assim, vícios, erros ou desastres de fundo sexual, os quais prejudicam não só a eles, como também à ordem moral e social.

Tudo isso pode parecer muito certo, no papel, mas, entre o ideal e a sua realização, bem sabemos que a distância é longa e o caminho é áspero e cheio de grandes obstáculos.

Contudo, essa deve ser a nossa meta de progresso e precisamos marchar para ela, vencendo, pouco a pouco, os sucessivos obstáculos que se nos depararem.

A realidade, entretanto, não poderá se aproximar desse ideal acima delineado, sem que o Estado tome a si certas responsabilidades, garantindo aos indivíduos trabalho e uma relativa estabilidade nos proventos resultantes desse trabalho.

Assim, diante dos modernos conceitos sobre os deveres do Estado, já não se pode mais admitir, em países civilizados, levas de indivíduos desempregados.

O direito ao trabalho e uma razoável obrigação do trabalho são duas figuras de doutrina constitucional que, no nosso modo de ver, certamente, os povos adiantados passarão a adotar em suas magnas-cartas.

Para isso, tornar-se-ia necessário um controle estatístico bem completo, dos empregos e dos empregados, o qual estaria sempre ligado ao sistema de indicação ou de aproveitamento do pessoal vago. Em face do desequilíbrio entre o número de profissionais e a quantidade de trabalho para os mesmos, poderia, então, ser realizada a readaptação ou a reeducação e treinamento do pessoal disponível, para atender às necessidades de colocação dos desocupados, restabelecendo-se, assim, o equilíbrio social indispensável entre for-

ças humanas de trabalho e tarefas úteis ou econômicas a serem cumpridas.

Felizmente, no Brasil, não há falta de empregos ou de trabalho; o que há, porém, algumas vezes, em muitos empreendimentos, é pouca organização e, quase sempre, falta de planejamento geral (21) e de coordenação entre órgãos destinados a um fim comum. Além disso, pode-se destacar, também, alguns exemplos de incompetência de pessoal e, em maior número, de incapacidade dos chefes. (O mais interessante de tudo isso, é que quase todos os chefes julgam sempre modelares as organizações por eles dirigidas.)

Mas, para os países onde haja, algumas vezes, mais gente que trabalho, cumpre ao Estado, em harmonia com seus planos econômicos, na ausência da iniciativa privada ou em harmonia com esta, promover a realização de obras ou a criação de indústrias que sejam capazes de determinar o equilíbrio permanente entre forças humanas de trabalho e seu racional aproveitamento, em benefício de todos.

Para esse fim, parece-nos mesmo justo que a maioria dos bem instalados na vida passe a sacrificar um pouco do seu conforto, quando superabundante, em benefício daqueles que precisam de trabalho para o sustento de si próprios e dos seus descendentes.

O fenômeno social da esmola, pregado e defendido por quase todas as religiões, está em perfeita harmonia com esse ponto de vista. Mas, modernamente, a experiência social tem provado a sua incapacidade, por si só, para resolver o problema dos desocupados, doentes, ou incapazes. Esse problema deve ser hoje considerado dentro da órbita estatal, e todos os elementos válidos, da ordem coletiva, em sã consciência, não deverão se negar a concorrer para a solução do mesmo. Isto, porque, assim impõem os verdadeiros princípios da solidariedade humana.

(O presente trabalho não está sendo escrito com fins de propaganda e, muito menos, para demonstração de cultura, que estamos certos não a possuir; mas, está sendo redigido sob o influxo de um ideal, nascido do desejo de colaborar na construção de um mundo melhor, onde possam

(21) — Sobre planejamento, veja-se: *O planejamento como processo de administração*, por DONALD C. STONE — Trad. de PAULO LOPES CORRÊA — "Revista do Serviço Público" — Novembro de 1942.

nossos filhos, pela harmonia social resultante do bem estar coletivo, fruir da felicidade, nascida, em grande parte, da segurança dos regimes e da menor instabilidade do sistema social-econômico.

Parece-nos que a situação do mundo de após guerra ainda está por ser bem definida ou esclarecida, e, por conseguinte, cumpre-nos, na medida da nossa capacidade, encarar os problemas de frente, dispondo as cartas das coisas reais na mesa da sinceridade apreciativa dos fatos, afim de irmos de encontro aos acontecimentos, para resolvê-los com suavidade, antes que possíveis perturbações da incompreensão geral ou da anarquia, causadas pelo veneno da descrença, possam gerar desgraças, numa tentativa sempre errada e perigosa de melhorar os fatos a partir da desunião ou da desordem.

Com esse pensamento em mira, escrevendo para uma revista da elite administrativa do país, somos naturalmente levados a ver as coisas com franqueza, fugindo de ilusões que melhor poderiam

convir à defesa egoista — atual, mas quem dirá permanente? — das nossas posições e do nosso bem estar, do que à abertura dos caminhos normais para a manutenção e evolução sensata do sistema de equilíbrio social-econômico do país ou mesmo mundial.

Para essa evolução, que convem a todos, e é a única justa e certa, não devemos querer demais nem defender demais para termos o bom e atingirmos o razoável.

Depois dessa ressalva, dando asas de liberdade intelectual ao nosso espírito, continuaremos a nossa marcha em busca da verdade.

Diante desse fim, segundo nos parece, o Estado-Novo, que tem a sua norma política apoiada em fundo democrático e que se acha estruturado a partir da unidade partidária nacional e, por conseguinte, da paz ou da harmonia coletiva, é uma organização bem pensada, que pode se ajustar, em qualquer tempo, convenientemente, às necessidades evolutivas do progresso.)